

Zero acusa governo de “manipulação grosseira dos dados dos resíduos urbanos”

16 de Janeiro, 2018

A associação ambientalista Zero acusou esta terça-feira, dia 16, o governo de manipular os dados dos resíduos urbanos, declarando como recicladas quase 270 mil toneladas que foram para aterros, recebendo assim mais dinheiro e apresentando um melhor desempenho.

Em comunicado, a Zero refere que cruzou números da reciclagem que pediu à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na dependência do Ministério do Ambiente, com os totais de resíduos urbanos no Relatório de Estado do Ambiente de 2017.

A APA declarou como recicladas 1,29 milhões de toneladas de resíduos urbanos em 2016, mas o total declarado pelos Sistemas de Gestão de resíduos Urbanos indica uma reciclagem total de 1,03 milhões de toneladas.

“Trata-se obviamente de uma manipulação grosseira dos dados da reciclagem que visa aumentar artificialmente a taxa de reciclagem com base numa realidade fictícia que infelizmente está muito desfasada da realidade que se encontra no terreno”, acusa a associação.

A Zero salienta que “essas 268.709 toneladas que a APA considera como recicladas foram enviadas para aterro ou incineração e que, por isso, pagaram Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) ao Ministério do Ambiente”.

Além de receber esse dinheiro, o Ministério pôde apresentar melhor desempenho ambiental, mas a Zero lembra que esta diferença significa oito pontos percentuais a menos na taxa de reciclagem oficial, que foi de 38 por cento.

Para a Zero, esta situação mostra “não só uma total falta de transparência no processamento de dados ambientais por parte das entidades oficiais, mas também uma tentativa de esconder dos cidadãos e da União Europeia o mais que evidente colapso das políticas públicas de gestão dos resíduos sólidos urbanos”.

“A Zero já solicitou ao Ministério do Ambiente que corrija de imediato os dados errados sobre a reciclagem de resíduos urbanos que constam no Relatório do Estado do Ambiente relativos a 2016, por forma a que a anunciada revisão extraordinária do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos seja baseada em dados credíveis”, acrescenta a associação.